

Congresso Negociação com deputados e troca do titular nas Minas e Energia devem adiar votação para 2015

Mineradoras querem rediscutir código

Raphael Di Cunto
De Brasília

Diante da queda do preço internacional dos minérios, em especial do ferro, que despencou de US\$ 134 a tonelada em dezembro de 2013 para US\$ 81 na média de outubro deste ano, as mineradoras querem rediscutir o projeto de lei do novo Código da Mineração na Câmara dos Deputados. A negociação, aliada à provável troca do ministro de Minas e Energia e a impasses no texto atual, deve empurrar a votação da proposta para o próximo ano.

Segundo o **Valor** apurou com deputados e empresários, as mineradoras têm demonstrado preocupação com o aumento da alíquota da Compensação Financeira pela Exploração dos Recursos Minerais (Cfem) para parte dos minérios. No caso do ferro, por exemplo, a taxa, hoje de 2% do faturamento líquido das empresas, seria de 4% do faturamento bruto. A tributação sobre o ouro, que perdeu 32% de seu valor desde agosto de 2012, passaria de 1% da receita líquida com a venda para 2% da bruta.

Por outro lado, o relatório de Quintão prevê redução dos tributos sobre os minerais usados na construção civil, como a areia, e um desconto de 50% na alíquota caso o mineral seja industrializado no país, para estimular a indústria nacional.

Prefeito de Mariana e presidente da Associação dos Municípios Mineradores de Minas Gerais (Amig), Celso Cota (PSDB) acusa o "lobby das mineradoras" de segurar o projeto. "Não estamos falando em novos impostos, estamos falando em divisão dos lucros das empresas", diz. "Os preços deste mercado são muito dinâmicos e depois de um tempo recupera. Só não podemos esperar até isso ocorrer", afirma.

Com a redução do preço dos minérios, a receita acompanhou a queda. A arrecadação da Cfem, que atingiu R\$ 2,3 bilhões em 2013, com média mensal de R\$ 197,9 milhões, caiu a R\$ 145,3 milhões por mês este ano — queda de 26,5%. O valor é dividido entre a União (12%), Estado onde foi extraído o minério (23%) e município produtor (65%). Em Mariana, cidade do

presidente da Amig, a redução foi de R\$ 2 milhões por mês.

O relator do código, deputado Leonardo Quintão (PMDB-MG), diz que sua intenção é votar até o fim do ano, mas que o setor teria entrado em contato com integrantes da comissão para pedir mais discussões sobre a proposta. "As empresas querem expor o cenário atual, que é bem preocupante, e discutir como essa nova lei vai impactar em um momento de crise", afirma. "Amanhã vou colocar para a comissão decidir."

O governo queria estabelecer as alíquotas da Cfem por decreto para poder modificar o percentual dependendo do preço das commodities minerais, que é bem variável. Prefeitos e governadores dependentes dessa compensação, porém, pressionaram para que a lei já contasse com o valor das taxas para terem mais previsibilidade sobre suas receitas. Parte dos empresários também defende a inclusão na lei, com receio de uma "canetada" do governo para arrecadar mais, mas não há consenso nesse tema.

Com esse impasse, ganha força a discussão de que a lei estabeleça

uma margem, dentro da qual o governo poderá modular por decreto as alíquotas. "Não há consenso nem solução pronta, mas essa sugestão da banda eu gostei muito, é mais condizente com o dinamismo dos preços do setor", afirma o deputado Gabriel Guimarães (PT-MG), presidente da comissão que discute o código.

O grupo que discute o código está parado há sete meses devido ao período eleitoral. Quintão quer aprovar esta semana requerimento para realização de duas audiências públicas para discutir o novo cenário e ouvir o posicionamento de prefeitos e empresários. Os governadores eleitos, como Fernando Pimentel (PT), em Minas Gerais, teriam demonstrado interesse em opinar.

Um empresário ouvido pelo **Valor**, contudo, diz que não há interesse das empresas em aprovar o texto agora, que causaria aumento na carga tributária em um momento de queda de receita, e que o projeto também não é mais prioridade para o governo até o fim do ano — o Executivo está mais preocupado em alterar a

Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para fechar as contas.

Sete integrantes da comissão ouvidos pelo **Valor** também confirmaram a dificuldade de votar o texto no colegiado nesta legislatura. Restam menos de quatro semanas até o recesso e não há acordo sobre pontos centrais — além da alíquota, de quem é o direito de exploração das jazidas descobertas e o montante de recursos da futura Agência Nacional de Mineração, que substituiria o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM).

"As posições ficaram um pouco radicais e não estamos nem próximos de um consenso que permita votar", diz o deputado Beto Faro (PT-PA). "Teremos que discutir de novo. O cenário brasileiro é muito diferente do de quatro ou cinco meses atrás, quando o relatório foi apresentado, e vários fatores se alteraram. Não podemos aprovar um projeto que quebre as mineradoras ou perdemos empregos e receita", defende o deputado Marcos Montes (PSD-MG).

"Sobre a questão da taxação, estamos noutro momento. Eu acho que temos que repensar os

percentuais", disse ele, que elogiou o trabalho do deputado Quintão ao ouvir diversas opiniões, segundo o executivo, para elaborar o texto do projeto. Mas com os preços achatados, o que foi discutido não cabe mais.

"Na minha opinião, os percentuais têm de ser revistos. O que se discutiu era uma taxação entre 2% e 4% da base bruta de vendas. Era num ambiente tal e agora estamos em outro ambiente."

A Anglo American fez em outubro seu primeiro embarque de minério de ferro do sistema Minas-Rio, um projeto de US\$ 8,8 bilhões que passou por várias dificuldades, atrasos nas obras e aumento de custos. O minério sai da região de Conceição do Mato Dentro (MG) e é levado por um extenso mineroduto até o Porto do Açu, em São João da Barra (RJ).

Para o executivo, outra discussão necessária, porém, admite ele, mais difícil, é a redução da carga tributária em geral. Mas o projeto do código mineral já produziria, na sua opinião, muitos avanços. (*Colaborou Marcos de Moura e Souza, de Belo Horizonte*)

Doações do setor ajudaram a eleger 180 parlamentares

De Brasília

doação de R\$ 250 mil da Vale.

Em seguida estão o relator do código de mineração, Leonardo Quintão (PMDB-MG), que contabilizou R\$ 1,48 milhão em doações de nove empresas — a principal delas, da Vale, de R\$ 700 mil — e o deputado Luiz Fernando Faria (PP-MG), que registrou R\$ 1,4 milhão em contribuições de oito empresas — de novo, a maior é da Vale, de R\$ 800 mil.

Na eleição para o Senado Federal, em que estavam em disputa 27 das 81 vagas — as outras só serão renovadas em 2018 —, as empresas do setor doaram R\$ 9,8 milhões para as campanhas de 14 eleitos. Assim que o texto do código for aprovado na Câmara dos Deputados será a vez dos senadores analisarem a matéria.

Quem mais recebeu foi a deputada Rose de Freitas (PMDB-ES), que participa da comissão do novo Código de Mineração na Câmara. Eleita senadora, ela tem como primeiro suplente um empresário do ramo: Luiz Pastore (PMDB), dono da Copper Trading, que deu R\$ 1,2 milhão para a pemedebista. Rose, que arrecadou R\$ 2,9 milhões do setor, recebeu ainda da Indústria Brasileira de Metais (Ibrame), Bramagran Mármore e Granitos e Vale.

Rose foi seguida por dois tucanos no ranking de arrecadação: os ex-governadores de Minas Gerais Antônio Anastasia e de São Paulo José Serra. Em ambos os casos, a Vale, que distribuiu dinheiro por meio de seis empresas do grupo, foi a maior doadora entre as empresas do setor.

A Vale, maior companhia de mineração do país, é também a que mais contribui com campanhas eleitorais este ano. Distribuiu R\$ 21,1 milhões para 109 deputados e senadores eleitos, mais do que as grandes empresas, empresas de bebidas e bancos brasileiros, outros setores bastante procurados pelos parlamentares na época da eleição.

Também se destacaram nas doações a ArcelorMittal, que contribuiu com a eleição de 32 congressistas, a Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração (CBMM), que repassou dinheiro para 28 parlamentares, e a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), que doou para 26 deputados e senadores eleitos. São bancadas maiores, por exemplo, que as de partidos tradicionais como DEM, PDT e PCdoB.

Uma montanha de dinheiro

Empresas do setor contribuíram para a campanha de 180 dos 540 parlamentares eleitos em outubro

Doações* - em R\$ mil

■ Deputados eleitos



■ Senadores eleitos



R\$ 47,7 milhões

foi o total doado por empresas de metalurgia e siderurgia para os deputados e senadores eleitos

■ Quem mais doou aos parlamentares eleitos



Fonte: TSE. * Referente apenas a doações de mineradoras, siderúrgicas e empresas que pertencem a esses grupos.

ANTENA 1 PRIMEIRO LUGAR NA CLASSE “A”

FONTE: IBOPE
SÃO PAULO | SEGUNDA À SEXTA - A 25+

ANTENA 1
www.antena1.com.br

- Cobertura Nacional;
- Líder no Online;
- Líder em afinidade;
- 56 minutos de música por hora.

Valor Setorial

Análises precisas
dos diferentes
setores
da economia.



Anuncie, ligue:

11 3767-1073

valor.com.br

Banco do Nordeste

Ministério da Fazenda

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO E PAÍS SEM POBREZA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO 2014/197 – Objeto: Contratação de serviços de processamento e impressão digital de dados, incluindo migração, criação e implantação de novos formulários e alteração de formulários existentes, inclusão de textos e gráficos nos leiautes, impressão de extratos bancários, boletos, relatórios, cartas e demais comunicações aos clientes, fornecimento de pré-impresos e encartes, acabamento (dobra, autoenvolvemente e envelopamento por inserção), inserção de encartes e envio dos documentos à Empresa de Correios e Telégrafos por contrato de Franqueamento Autorizado de Cartas (FAC) do CONTRATANTE. Abertura dia 04/12/2014, às 10h. Edital disponível nos sites: <http://www.comprasnet.gov.br> e <http://www.bnbn.gov.br>. Informações: e-mail: comissaoespeciallicitacao@bnbn.gov.br.

ANGELA Maria Oliveira Soares
Pregoeira

Valor

Financeiro

Anuncie: 11 3767-1073 valor.com.br